

Geotemas



Este obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Fonte: <http://periodicos.uern.br/index.php/geotemas/article/view/906/713>. Acesso em: 07 mar. 2019.

REFERÊNCIA

ARAÚJO, Gilvan Charles Cerqueira de; REIS JÚNIOR, Dante Flávio da Costa. O discurso, a crítica e a retórica geográfica: argumentos para uma tríade epistêmico-metodológica. **GEOTemas**, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil, v.4, n.2, p.45-58, jul./dez., 2014. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/geotemas/article/view/906/713>. Acesso em: 07 mar. 2019.

O DISCURSO, A CRÍTICA E A RETÓRICA GEOGRÁFICA: argumentos para uma tríade epistêmico-metodológica¹

Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

Doutorando em Geografia – UNESP – Rio Claro

gcaa99@gmail.com

Dante Flávio da Costa Reis Júnior

Professor Adjunto do Departamento de Geografia da UNB

dantereis@unb.br

Resumo

Uma das partes mais importantes de uma pesquisa é o seu amparo teórico e metodológico. No que se refere ao âmbito da ciência geográfica há uma gama considerável de correntes, metodologias e parâmetros conceituais, e, com base nesta diversidade os campos de estudos da Geografia, principalmente as inclinações humana e física, buscam aplicar e desenvolver suas bases de fundamentação. Neste artigo, apresentam-se os procedimentos metodológicos de uma pesquisa de mestrado, na área de concentração da história do pensamento geográfico e das ideologias espaciais, defendida em dezembro de 2013, intitulada “Do Ufanismo Edênico ao Saudosismo Heroico: ideologia e discurso geográfico no ideário nacional brasileiro”. Desta maneira, o texto apresenta a tríade do método de pesquisa, a saber: o Discurso, a Crítica e a Retórica Geográfica. Procura-se assim compartilhar o escopo metodológico desta pesquisa, ao mesmo tempo em que se propõe um debate acerca destas bases teóricas em relação à Geografia.

Palavras-chave: Discurso, Crítica, Retórica Geográfica, Epistemologia da Geografia

Abstract

One of the most important parts of your research it's your theoretical and methodological support. As regards the scope of geographical science, there is a considerable amount of current methodologies and conceptual directives, and, based on this diverse field of study of Geography, and particularly your human and physical inclinations, seek to apply and develop their thought bases. This paper presents the methodological procedures of a Master thesis in the concentration area of the history of geographical thought and spatial ideologies, presented in December 2013, with the title "From the Edenic Jingoism to Heroic Longing: ideology and geographical discourse in Brazilian national ideals". Therefore the article presents a triad of research method: the Discourse, the Critic and the Geographical Rhetoric. Hence, looking up to share the methodological scope of this research, at the same time that proposing a discussion about these theoretical foundations in relation with the Geography.

Keywords: Discourses, Critic, Geographical Rhetoric, Geography Epistemology

1 Introdução

Os procedimentos metodológicos do presente trabalho se pautaram numa tríade de análise: o discurso, a crítica e a retórica geográfica. A escolha por tais diretrizes

¹ Este artigo corresponde a uma versão adaptada do tópico “Procedimentos Metodológicos: O Discurso, A Crítica e a Retórica Geográfica”, da dissertação de mestrado em Geografia defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília. Referência: ARAÚJO, G. C. C. **Do ufanismo edênico ao saudosismo heroico: ideologia e discurso geográfico no ideário nacional brasileiro**. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília. Brasília: Departamento de Geografia, 2013.

procedimentais se deu por ser possível uma trilha conceitual e metodológica plausível de aplicação tanto no cerne das pesquisas em Geografia como também em outras áreas do saber que explorem os campos da história do pensamento, das ideologias presentes na produção do conhecimento e as possibilidades de exploração destas últimas em forma de uma retórica dirigida a determinadas circunstâncias, sejam políticas, econômicas ou sociais.

Inicialmente, explicitaremos o discurso como forma representacional, histórica, espacial e reflexiva, capaz de esmiuçar o modo de pensar de uma sociedade num determinado período. O discurso é a manifestação epistêmica da capacidade de atribuição de sentidos pelo homem. Desta maneira, a abrangência de uma análise discursiva extrapola os campos linguísticos técnicos; a sua estatura social do discurso se enraíza nas relações humanas, que vão do eu ao outro, ambos entrelaçados de forma inerente ao mundo, num movimento contínuo e incessante.

Muitos foram os postulados críticos elaborados por pensadores de todas as áreas do conhecimento em diferentes épocas, sem fazermos aqui distinções no âmago do julgo de valor de tais críticas. Há de se destacar a perene iminência de um sistema filosófico ou agrupamento de saberes científicos serem engendrados e aplicados, seguindo uma lógica de interesses particulares, deturpando por completo a ideia de um saber ou conhecimento alheio à apropriação ideológica, seja para quais forem os fins ensejados por aqueles que os elaboraram e difundiram.

Questionar a retórica geográfica é mais do que uma incitação hipotética de estudos, é procurar compreender a dinâmica da formação, uso, amplitude e transformações do arcabouço teórico e discursivo de uma ciência. É estudar a própria epistemologia desta ciência, estruturada por seu desenvolvimento e desdobramentos históricos. O cientista seja de qual área for é o arauto da ciência que representa, portanto está inserido numa lógica discursiva de uma linguagem específica, pautada em correntes de pensamento, aplicabilidades e teorias fundamentadas num cânone epistêmico basilar.

Estas são as diretrizes metodológicas procedimentais que nortearão todo o percurso do estudo presente. A interação destes procedimentos propiciará o substrato de sustentação dos argumentos, assertivas, constatações, inquirições e conclusões aqui expostos.

2 O Discurso

O homem se constitui primariamente por ser social e possuir a capacidade de engendrar a própria história. O percurso temporal e espacial do ser humano é permeado por sua relação com o mundo; a consciência apreende as coisas, tudo o que está ao nosso redor, ou seja, a relação entre sujeito e objeto ocorre. Esta relação dualística e dialética é a base de toda a questão da trajetória dos principais questionamentos acerca da capacidade de conhecer que temos (BACHELARD, 2006).

Ao estabelecer contato com a realidade objetiva, o homem conhece e se faz conhecido, e isso se deve ao processo de atribuição de sentido ao meio que o circunda (CHAUÍ, 2003). No entanto, a significação é dada e possibilitada pela intencionalidade qualificadora que há na direção do sujeito para o objeto, frequentemente atrelando atribuições de cunho ideológico por meio deste processo de qualificação entre as partes que constituem esta dualidade.

Este é o caminho circular ou elíptico existente na relação sîgnica entre o sujeito e o objeto. Haverá conseqüentemente uma maneira pela qual a consciência que vê e se faz ver, ouve e se faz ouvir, escreve e se faz escrever, sente e se faz sentir, toca e se faz tocar. Esta maneira cíclica do processo de conhecimento se dá por meio da linguagem – sendo esta não apenas um componente estruturante da sociabilidade, mas também, na maior parte das vezes

uma necessidade do ser humano –, ela é o fio condutor capaz de agregar os estágios do conhecer (BACHELARD, 2006; CHAUI, 2003).

A capacidade de erigir diferentes formas de linguagem singulariza o ser humano de qualquer outro ente. A estruturação de um sistema linguístico pode variar de alguns simples arranjos gestuais, fonéticos ou pictóricos até os mais complexos conjuntos e associações de símbolos. O que se torna peculiar na linguagem em si não é a sua amplitude ou aplicação, mas sim, a via pela qual se torna possível o vínculo verbal ou não entre indivíduos; em síntese, tornar possível a comunicação.

Comunicar-se é criar um vínculo de trocas de informações. Quem se comunica com alguém tem por objetivo inicial transmitir uma mensagem, seja qual for a forma de manifestação desta. Este agrupamento de vetores e atores se posicionam cada qual com a sua função: locutor, o receptor, o meio de difusão, e a resposta, ou construção de um novo ato de comunicação para assim manter a circulação informacional aberta a entendimentos e compreensões (SANTAELLA; NÖTH, 2004). A linguagem e a comunicação se interlaçam, completando-se, e gerando os contornos de um nível mais elevado, conceitual e compreensivo, tanto de uma como de outra, dando origem ao discurso (AZEVEDO, 2010).

Segundo Foucault (2002) o discurso está para além de um sistema, estrutura ou ordenamento semiótico, ele deve ser entendido como a manifestação do modo de pensar de uma sociedade em determinado período, suas práticas, técnicas, cultura, instituições e organizações. É possível dizer que um discurso de uma sociedade é sua própria definição identitária, englobando os aspectos materiais e imateriais que a configura.

Portanto em toda sociedade existe um modo de pensamento, um discurso. E por seu imensurável poderio de agenciar significados e de regular práticas e técnicas sociais, o discurso está sujeito à influência, controle e dominação de grupos aristocráticos, oligárquicos, que submetem toda uma ordem societária aos seus desígnios normativos e interesses particulares².

O plano de ação do discurso se dá então em duas frentes tanto quanto distintas como complementares: o ideário e a ideologia. A primeira vertente, sem que a ordem represente aqui alguma diferenciação no patamar de importância, correspondente ao ideário está ligado ao seu radical etimológico, ou seja, a ideia.

Uma ideia é a abstração projetiva de um ente. Em linhas gerais idear alguma coisa é dissecar de um ente qualquer um de seus atributos qualitativos (AZEVEDO, 2010). Portanto, se observamos um ente e dele começamos a detectar as características gerais, com o passar do tempo outros entes com características semelhantes se juntarão num grupo mais abrangente, formando assim a ideia geral de uma determinada coisa. A abstração ocorre num plano superior ao da ocorrência imanente; seu processo consiste em estruturar um verdadeiro rol de ideias acerca de tudo o que existe no mundo (CHAUI, 2003).

O ideário ou imaginário social é um conjunto de ideias. Em termos sociológicos podemos expandir esta definição para todas as formas de representação e interpretação sobre o mundo. O ideário social se equivaleria aqui à cultura, como sendo uma totalidade dos traços cognitivos, ritualísticos, imaginários e simbólicos de uma sociedade (EAGLETON, 2005; LARAIA, 2003).

Já a ideologia está ligada etimologicamente ao verbete “ideia” (do grego *eidōs/eidea*), que significa imagem, uma representação; e logia do grego *logos*, que inicialmente era utilizada como correspondente a palavra, e posteriormente sendo utilizado como razão, de

² Conforme referido no início desta repartição o ser humano apesar de ser detentor dos rumos que sua história pode tomar, está inevitavelmente sujeito às influências de interesses (intencionais, ideológicos, de classe, etc), que por meio de uma presença de dominação se vê influenciado por discursos que sustentam estas posições de superioridade, controle, ou de dominância (FOUCAULT, 2002).

onde derivou a acepção moderna de pensamento, estudo, reflexão (CHAUÍ, 2003; 2008; EAGLETON, 1997).

Partindo destas colocações podemos entender ideologia em dois sentidos distintos. O primeiro de um modo simplório e sem muito aprofundamento social, seria a capacidade de alguém – ou grupo particular – tem de impor sua maneira de pensar, ou seja, seu ideário a outras pessoas. Esta imposição se daria pelo poder de dominação e controle que estaria acima dos outros indivíduos de uma sociedade.

A segunda concepção de ideologia está mais próxima do pensamento histórico e dialético. Se a história ocorre no choque entre classes sociais com forças desiguais, o poder de dominação se alastrará em todos os níveis da vida daqueles que foram submetidos aos intentos das classes dominantes, em outras palavras, há a possibilidade de modulação da(s) ideologia(s) enquanto função social, a depender de quem a impõe ou detém seu poder discursivo demonstrado em ações, objetos e situações, todas seguindo a diretriz intencional do *corpus* ideológico que a subjaz (CHAUÍ, 2008).

O interesse ideológico normalmente vai de encontro ao ideário social, controlando-o, dominando-o, influenciando-o. Para Chauí por meio da ideologia “[...] o ponto de vista, as opiniões e as ideias de uma classe das classes sociais – a dominante e dirigente – tornam-se o ponto de vista e a opinião de todas as classes e de toda a sociedade.” (CHAUÍ, 2003, p. 174-175).

O poder discursivo aqui é levado às últimas consequências, elevando todas as suas potencialidades e alcance dos mais singelos e minuciosos detalhes até escalas nacionais, continentais e planetárias. A ideologia é justamente este movimento discursivo, produtora de sentidos lógicos de controle, e estruturadora da ordenação do poder pelos produtores deste discurso:

A palavra “ideologia” é, por assim dizer, um *texto*, tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais; é traçado por divergentes históricas, e mais importante, provavelmente, do que forçar essas linhagens a reunir-se em alguma Grande Teoria Global é determinar o que há de valioso em cada uma delas e o que pode ser descartado. (EAGLETON, 1997, p. 15 – grifo do autor).

Associando então o discurso ideológico à produção dirigida de sentidos chegaremos ao cerne da criação, difusão e imposição deste discurso em uma sociedade, que são as instituições, sejam elas econômicas, acadêmicas, políticas e culturais. Instituir significa dar a algo um valor normativo, ou seja, legitimando sua validade perante a sociedade, atingindo assim diretamente o ideário social, em uma verdadeira distribuição de papéis e funções aos indivíduos (FOUCAULT, 2002; CHAUÍ, 2008).

Por isso, instituições como escolas, universidades, congressos, parlamentos, centros de decisões financeiras e órgãos ligados a atividades culturais, têm em suas mãos um alto grau de poderio discursivo e ideológico (ESCOLAR, 1993). A confluência deste diferentes atores sociais e seus respectivos discursos é que forma a totalidade complexa de produção de sentidos, símbolos e elementos sógnicos da sociedade, permeando o processo histórico com suas nuances, permanências, alterações e difusão.

Numa proximidade maior com a filosofia, o discurso possui um desdobramento analítico em seus modos de ocorrência, ou seja, na(s) linguagem(s) que o fundamentam. E por esta razão é que há um campo específico do pensamento filosófico que se debruça sobre estas questões: a Filosofia da Linguagem; e numa vertente de aprofundamento metodológico e teórico destas cercanias do saber há também a Semiótica e Semiologia, que tratam da relação

entre o discurso e os signos que a ele se associam na formação de enunciados de significações. No que se refere ao presente trabalho faremos uso de algumas conceituações que nos auxiliarão na formulação de seus argumentos.

Desta forma, a linguagem é entendida como um *sistema de signos*³, e o signo é algo que se coloca no lugar de outra coisa, ou seja: “[...] uma coisa que representa uma outra coisa: seu objeto. Ele só pode funcionar como signo se carregar esse poder de representar, substituir uma outra coisa diferente dele. Ora, o signo não é o objeto. Ele apenas está no lugar do objeto.” (SANTAELLA, 2003, p. 12 – grifo da autora).

Assim é que se estabelece a relação entre o significado (o conceito, a acepção, a significação, a projeção representativa do sentido na reflexão do signo) e o significante, que é o que significa, ou seja, aquilo que é alçado à condição de signo, podendo ser uma imagem, um som, um objeto ou artefato numa visão mais concreta, ou então, até mesmo os mitos ou fatos históricos, num sentido de maior abstração do significante. Segundo Aranha e Martins (1998; 2003) os signos podem ser classificados de acordo com três grandes aspectos de sua funcionalidade, são eles:

- a) O signo como *índice* ou *indício*, tendo uma relação de causa e efeito, como, por exemplo, em sinais apresentados que possivelmente remeterão a outro acontecimento ou situação (um artifício muito utilizado na prática investigativa científica, em sua metodologia de busca por explicações dos mais diversos fenômenos e suas causas), como ocorre nas mudanças climáticas, estudos comportamentais clássicos, ou então, nas operações matemáticas nas quais um sinal de dada disposição de elementos (símbolos com alcunha de indícios) determinam toda a evolução operacional de um cálculo no qual este sinal está inserido. Como exemplo de índices ou indícios há uma nuvem carregada que precede uma chuva, uma pegada que denota um andar ou correr de alguma espécie animal, a utilização de signos operacionais para cálculos matemáticos, físicos, químicos, etc;
- b) Se a relação for arbitrária teremos uma das formas mais exploradas dos signos que são os *símbolos*, pois sua significação está sujeita à escolha deste significado por aqueles que o elegem, havendo então uma infinita gama de contingências de cunho econômico, cultural, social, político, histórico e territorial que podem influenciar esta arbitrariedade da significação dos símbolos. Os símbolos possuem uma gama de exemplificação bem ampla, já que a relação de arbitrariedade na atribuição de significado permite que isto ocorra com objetos como livros, frutas, trilhas, e também com rituais culturais, festividades, sentimentos e ações dos mais variados;
- c) Há também a relação de semelhança, ou, quando a um signo é atribuído o significado de *ícone*, como é o caso das imagens, onomatopeias e desenhos, mas também há a relação icônica advinda da tradição judaico-cristã – e outras tendências de cunho místico e religioso em todo o mundo – que dá ao ícone a significação de algo a ser seguido, o exemplo ideal, ou seja, a relação totêmica a um referencial imagético, um modelo, (concreto ou abstrato) normalmente ligado a um arcabouço cultural e historicamente estabelecido numa sociedade. Em outras palavras o termo ícone pode ser entendido também como sendo uma subdivisão da própria definição do símbolo, pois em seu âmago o ícone já carrega a escolha arbitrária que fundamenta seu sentido. Os exemplos mais claros de iconografia estão? na imensa referência a santos e imagens no catolicismo cristão, e também, na arte e teoria musical, quando são eleitos representantes de um ecrã canônico para serem utilizados como pautadores da herança destas formas de expressão criativa.

³ Autores como Pierre Bourdieu referem-se diretamente à terminologia sistema de símbolos, pois por símbolo já entende a arbitrariedade da atribuição do significado à representação de uma coisa, o signo.

Por meio destas três formas do entendimento do que é um signo podemos logicamente encontrar convergências entre elas, pois haverá signos que se comportarão como ícone, símbolo ou índice, isolada ou conjuntamente, a depender de cada caso em questão. E além desta relação da maneira como o signo se comporta é possível também colocarmos em evidência o papel da linguagem que haverá na produção e difusão destes signos, pois assim como nos lembra Pierre Bourdieu (2009) é através da linguagem e da ordenação e estruturação do discurso que os símbolos se transformam em verdadeiros sistemas estruturados, para assim darem as conformações das visões de mundo, da realidade dos indivíduos que tiverem este sistema simbólico (sínico, em sentido amplo) como referência:

Os <sistemas simbólicos>, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnosiológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o *conformismo lógico*, quer dizer, <uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concorrência entre as inteligências>. (BOURDIEU, 2009, p. 9 – grifos do autor).

Os sistemas simbólicos, utilizando a terminologia de Bourdieu (2009), ou num termo mais adequado e abrangente, os sistemas sínicos constituem assim os grandes discursos das sociedades. É por meio destas significações, expressas e difundidas pelas diferentes formas de linguagem que o discurso toma o seu poder de importância enquanto reflexo de uma forma de se pensar em determinado lugar e período. Admitir e partir deste pressuposto, da premissa discursiva, é um grande passo para qualquer estudo que almeje perscrutar os meandros da história do pensamento, e neste caso, as diversas inclinações ideológicas dos discursos geográficos no Brasil e no mundo.

3 A Crítica

O conhecimento é e sempre será um processo, imbuído de procedimentos lógicos, práticos, cotidianos, ordenados ou não. Em sua essência, o conhecimento é um fenômeno resultante da relação entre o sujeito e objeto, que se influenciam mutuamente tornando possível o conhecimento.

Apesar do embate secular entre as correntes idealistas e empiristas (realistas) da teoria do conhecimento, faremos uso de um posicionamento epistemológico central, ou seja, tanto o mundo afeta o ato de conhecer como também o sujeito conhecedor mobiliza suas atitudes e ações com o mundo, conhecendo-o, modificando-o e atribuindo-lhe significados e abstrações. Esta colocação é plausível pelo fato de tanto inatistas idealistas como empiristas realistas buscarem uma justificativa para um conhecimento absoluto do real; neste sentido o ceticismo surge como resposta para ambas as propostas, colocando um meio termo regido pela possibilidade da dúvida e da incerteza (BACHELARD, 2006; CHAUI, 2003).

A reflexão efetuada a respeito do processo de conhecimento se apresenta justamente no seu cerne epistemológico: a questão da validade e legitimidade deste conhecimento (HABERMAS, 1982; SANTOS, 2005); a possibilidade de engendrar um saber puro, alheio aos anseios, paixões, desejos, aflições, afinidades e opiniões ou posicionamentos do sujeito conhecedor, seja ele o cientista independentemente da área de especificidade teórica e

metodológica, e até mesmo no que tange ao pensamento filosófico e suas inquietações, questionamentos e teorias.

A busca pela objetividade do conhecimento é visível em diferentes momentos na história do pensamento ocidental, produzindo numerosos postulados, ensaios e profundos estudos a respeito desta temática:

Durante séculos, a Filosofia ofereceu duas respostas a essas perguntas. A primeira ficou conhecida como **inatismo** e a segunda, como **empirismo**. O inatismo afirma que ao nascermos trazemos em nossa inteligência não só os princípios racionais mas também algumas ideias verdadeiras, que, por isso, são ideias inatas. O empirismo, ao contrário, afirma que a razão, com seus princípios, seus procedimentos e suas ideias, é adquirida por nós pela experiência. (CHAUÍ, 2003, p. 68-69 – grifo da autora).

O esforço erigido pelos representantes de cada uma destas correntes seguia no sentido do enrijecimento do pensamento e da produção do conhecimento, na tentativa de alcançar seu fundamento. Esta busca incessante pelo caráter neutro da verdade advinda do conhecimento científico abdicou por completo qualquer tipo de interferência subjetiva à qual a produção do conhecimento que por ventura viesse a estar sujeita. Eximem-se, assim, de forma ingênua da influência das ideias, vivências, bagagem experiencial e condições contextuais às quais o sujeito conhecedor possa estar direta ou indiretamente ligado ou influenciado⁴.

Para Jürgen Habermas (1982) e também para Boaventura de Sousa Santos (2005) a fé cega nos preceitos científicos e racionais criou o que ele chama de *cientismo*, que é a sublimação do método científico como única forma legítima de adquirir conhecimento. Já para Marilena Chauí (2003), esta crença no saber científico origina o cientificismo, fazendo surgir tanto uma ideologia da ciência, como também uma mitologia da ciência, onde fecunda há séculos a ilusão da neutralidade científica.

Apresentados estes termos iniciais, nos deparamos com o questionamento: o que é a crítica? De início percebe-se que de ingênua nada tem a pergunta. Havendo a inerência do teor ideológico na produção do conhecimento, deve-se a partir daí tomar uma postura de inquirição tanto no que já foi construído preteritamente, como no que diz respeito aos conhecimentos, práticas, teorias, e saberes que se fazem dominantes. A crítica se dá na tentativa de trilhar uma via adversa ao conduto central estabelecido da produção do conhecimento, questionando-o.

A crítica pretendida neste trabalho se coloca para além da simples transposição de um estado de minoridade conclamada no auge do período das luzes por Immanuel Kant como sendo a libertação do espírito: “A minoridade é a incapacidade de se servir de seu próprio entendimento sem a tutela de um outro.” (KANT, 2012, p. 1). A postura crítica aqui proposta faz uso tanto de um resgate das teorias modernas, como também de uma nova interpretação dos objetivos projetados e não alcançados pelos teóricos do esclarecimento, não negando o conhecimento construído preteritamente, mas se colocando em posição de identificar e compreender as lacunas deste conhecimento.

⁴Não só a neutralidade e objetividade se colocam em xeque, mas também o próprio critério de verdade. Idealistas e empiristas defendem o conhecimento absoluto do real, no entanto sua teoria repousa em objetos e situações ideias. Para Hessen (1980), esta busca perpassa os elementos psicológica, lógica e ontológica, a verdade fenomênica originária seria intangível, mesmo utilizando-se como substrato uma suposta neutralidade no processo de conhecimento.

De um modo geral, podemos também utilizar a entoação da busca pela postura crítica como contraponto à aceitação dogmática do mundo como ele é, ou seja, contrariando a ausência do questionamento tendo colocação da dúvida enquanto parâmetro primeiro de relação com este mundo – este por sinal é o principal argumento do processo de evolução não só do período do esclarecimento, mas também de sua base renascentista, onde se iniciou a contraposição aos dogmas religiosos da época –, provocando assim inevitavelmente, ou um afastamento (esquecimento) ou uma admiração (ingênuas) das idiossincrasias formativas de tudo os que nos forma e rodeia concreta e abstratamente:

[...] o homem dogmático age como se o mundo estivesse desde sempre aí, desde sempre constituído, expandindo-se dentro desta constituição “eterna” do mundo, que nenhum terremoto poderá empanar. [...] Além disto, porque o homem vive nesta segurança fundamental, ele se pode entregar, sem receios maiores, ao mundo. E disto segue-se o que poderíamos chamar a sua perda do mundo. Com este estar perdido no mundo, queremos dizer apenas que está perdido no mundo, queremos dizer que está orientado em direção aos objetos, que o seu problema, o seu existir, é estabelecido precisamente por este mundo de objetos. A postura dogmática implica em uma intencionalidade espontânea, um tender para fora, que é dogmático porque se processa sustentado pela tese geral, implícita, não consciente, açambarcadora do todo do real. (BORNHEIM, 1998, p. 66).

O que fica claro então é que para além de um posicionamento de desvelamento da primeira impressão das coisas como estão postas – a superação do estado de minoridade kantiano –, a crítica se configura muito mais como o questionamento, a inquirição, ao menos como passo inicial para se almejar uma possibilidade de superação (ou não)⁵ desta superficialidade do mundo.

Nas palavras de Michel Foucault (2002) a postura e o trabalho crítico não necessitam obrigatoriamente excluir toda a contribuição reflexiva alcançada não só na modernidade, mas também em todo o percurso histórico da razão ocidental; no entanto, é preciso observar a cautela com a qual os temas devem ser tratados para que não caiamos nas mesmas armadilhas generalistas e exclusivistas típica da modernidade e seu racionalismo apartado da autocrítica para com os limites da razão ocidental:

É preciso considerar a ontologia crítica de nós mesmos não certamente como uma teoria, uma doutrina, nem mesmo como um corpo permanente de saber que se acumula; é preciso concebê-la como uma atitude, ethos, uma via filosófica em que a crítica do que somos é simultaneamente análise histórica dos limites que nos são colocados e prova de sua ultrapassagem possível. (FOUCAULT, 2008, p. 351).

⁵ Para o filósofo Gerd Bornheim a postura crítica se manifesta primeiro pela negação da trivialidade, e como segundo passo ela poderá se comportar passiva ou ativamente, procurando ir ao limite do questionamento, ou então, permanecendo mais próxima a contemplação inicial antes da negatividade imperar na relação com o mundo: “A experiência negativa pode processar-se dentro de duas posturas básicas. Numa, o indivíduo se entrega a um comportamento passivo, limitando-se a assistir ao que lhe acontece. Esta passividade, por sua vez, pode-se dar em plano intelectual ou em um plano existencial. Na outra postura, o indivíduo acede a um comportamento ativo, fazendo da negação o objeto de sua conquista. Aqui também, esta conquista pode processar-se dentro de uma modalidade tanto intelectual, como existencial.” (BORNHEIM, 1998, p. 81).

Esta assertiva foucaultiana vai ao encontro da defesa de Jürgen Habermas (1982) de uma reflexão sobre os interesses passíveis de serem incrustados na produção do conhecimento. Em todas as correntes de pensamento, escolas filosóficas e teorias científicas, os interesses estiveram presentes nos postulados e discursos, dando a si próprios a prioridade para o estabelecimento do critério do saber verdadeiro.

Assim, a crítica ao conhecimento e ao seu engendramento possui dois momentos. O primeiro seria o reconhecimento de certo abandono por parte dos cientistas e filósofos aos assuntos pertinentes às origens, utilização e importância dos seus conceitos e categorias; em poucas palavras, seria o retorno à epistemologia⁶.

Nas palavras de Gaston Bachelard (2006), cada ciência possui sua região epistemológica própria, e cabe não aos filósofos somente a incumbência do fazer epistemológico, sendo responsabilidade de cada especialidade do saber científico a sua filosofia da ciência. Os cientistas nas palavras de Bachelard, e em certa medida Habermas em igual posicionamento, abandonaram a postura cética e as reflexões de aprofundamento do seu próprio escopo epistêmico. Tanto filósofos como cientistas, ao julgarem como inatingíveis seus discursos de legitimação do critério de verdade, deixam seus próprios fundamentos ao esmo da involução conceitual e inércia reflexiva.

Num segundo momento há o embate entre o pretérito e o presente. Há de se supor, e sem muito esforço de constatação, a existência de conceitos, categorias, princípios, metodologias e teorias que se desgastam com o tempo. O filósofo Gilles Deleuze (1992) dizia que é função do filósofo a produção de conceitos. Podemos expandir o horizonte desta assertiva para os campos científicos.

E seguindo este trilha da autocrítica, para assim se engendrar o caminho da construção de novos conceitos, entendimentos e questionamentos Michel Foucault (2008) reforçou claramente a resposta de Kant à pergunta acerca da definição do que era o *Aufklärung*, como momento máximo da emancipação da razão, quando o filósofo de Königsberg diz que é a coragem cética que falta aos cientistas e filósofos.

Portanto, a postura crítica se pauta em ter a capacidade de olhar o próprio reflexo de um retrato epistemológico há muito esquecido, como a emblemática adoração estética da personagem de Oscar Wilde⁷. Revisitar a imagem, revigorando os traços já desgastados e não mais correspondentes ao contexto contemporâneo, excluindo os interesses, vícios e ideologias incrustadas no momento de sua criação:

Cada vez mais, todos os valores do homem estudioso, do homem engenhoso, são desacreditados. A ciência está reduzida a uma pequena aventura, uma aventura nos países quiméricos da teoria, nos labirintos tenebrosos de experiências factícias. Por um paradoxo inacreditável, a darmos ouvidos aos críticos da atividade científica, o estudo da natureza desviaria os sábios dos valores naturais, a organização racional das ideias prejudicaria a aquisição de novas ideias (BACHELARD, 2006, p.21).

Mesmo que os pilares categóricos sejam demasiados complexos para uma revolução radical de tudo o que já foi escrito, pensado, refletido e difundido, podemos avançar no

⁶Habermas (1982) chama esta necessidade de metacrítica. Seria a transformação da Teoria da Conhecimento em Teorias das Ciências, sem que fossem respeitados os limites de reflexão epistemológicos necessários para sua estruturação e legitimação.

⁷ *O Retrato de Dorian Gray*, de 1890.

sentido de uma nova cunhagem conceitual, cuja demanda metodológica transgressiva⁸ é evidente. Em se tratando de um mundo cada vez mais eclético e difuso, o labor epistêmico e a prática auto-reflexiva, se tornam necessários para abarcar tamanha amplitude dos problemas, situações e possíveis resoluções ainda por virem.

4 A Retórica Geográfica: os ecos edênicos do território brasileiro

Neste momento temos a confluência das duas vertentes metodológicas anteriores. De um lado o discurso, as ideologias e interesses nele incrustados. Na outra vertente há a crítica, tida aqui como uma postura de questionamento em relação à dominância do discurso e seu poder de controle e ordenação sejam no plano concreto ou abstrato, ou seja, refletir a crítica para si a fim de questionar a própria natureza da produção do discurso; e no que a tange ao recorte temático aqui estabelecido a crítica se voltará à histórica inclinação ufanista dos aspectos edênicos brasileiros como o ecrã identitário nacional.

Ao se falar de discurso podemos aprofundar em uma de suas modulações linguísticas de uso: a retórica; que por definição é a própria arte de articulação das ideias para um fim específico. Seguindo esta linha de raciocínio a Geografia por ser uma ciência social, é possuidora de uma ordem discursiva: todo um conjunto normativo de sua linguagem particular (ESCOLAR, 1993; FOUCAULT, 2002). E seguindo os esclarecimentos do poderio retórico do discurso geográfico apresentado tanto por Lacoste (2007) como por Raffestin (1993) vemos que instituições com funções de regulação às relações sociais e ao ideário social como um todo, agem em concomitância ao discurso geográfico para atingir interesses ideológicos dos mais diversos, lembrando aqui a questão da mobilidade funcional da ideologia, pois a dominância discursiva enquanto aparato de ordenamento ou controle se torna volátil a depender da contingência situacional que estiver em análise.

Em se tratando de uma proposta que procura estudar a influência do discurso ideológico dominante na formação da identidade nacional brasileira, tendo como base o cânone epistemológico da Geografia, haverá logicamente o recurso de utilização do aparato conceitual e categorial pertencente à mesma, além de correlacionar, a medida do possível, a história do pensamento geográfico com o próprio caminhar da história da formação territorial do Brasil. Tanto o arcabouço teórico como o aprofundamento histórico dos aspectos geográficos brasileiros, será trazido à tona em sua relação com o ufanismo edênico, pilar de argumentação motriz e matriz do argumento da retórica geográfica edenista.

Por isto, conforme já expresse anteriormente nas diretrizes metodológicas do discurso e da crítica, e, contando concomitantemente com a retórica geográfica é necessária à identificação dos elementos linguísticos caros ao aparato discursivo da Geografia, que, em conjunto, contribuem para que a abordagem se circunscreva no âmbito geográfico, pois, há sem dúvida uma gama imensurável de referências de cunho espacial ao longo da história da formação territorial brasileira e também na construção dos símbolos, indícios, ícones e referências sógnicas canonizados pela ideologia ufanista do edenismo, e o que cabe em específico ao presente estudo é a seleção dos elementos geográficos presentes em tal ideologia identitária calcada nestes aspectos voltados às características territoriais do país, pois:

Quando se identifica esse fundamento geográfico, quando é claro a fenomenicidade geográfica, a ciência geográfica os nomeia de forma diversa. Receberam ao longo da história da disciplina um conjunto de

⁸ Superação das dicotomias e dualidades e das barreiras metodológicas das especialidades científicas. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 3ª edição, Editora Cortez São Paulo 2005.

designações, são elas: “fatores geográficos”, “fatos geográficos”, “elementos geográficos”, “aspectos geográficos”, “causas geográficas”, ou, simplesmente, “o geográfico”. Podemos somar a isso “determinação geográfica”, ou então falarmos diretamente da “Geografia” da realidade. Ou seja, quando estamos, por exemplo, identificando “elementos geográficos” ou então “determinações geográficas”, com isso não estamos apontando para a ciência e sim para a realidade. (MARTINS, 2007, p.38).

Estes conceitos e aspectos geográficos se tornam imprescindíveis, e, por fazerem parte do âmago epistêmico da Geografia, sua utilização é mais que necessária para abarcar as temáticas relacionadas à formação territorial brasileira e ao ideário nacional do povo, relevando primordialmente o papel da Geografia neste processo.

Por fim, é mister ser destacado dois pontos a respeito da ideação do heraldismo retórico em relação ao Brasil, que se subdivide em duas frentes de interpretação. O primeiro diz respeito ao ideário nacional brasileiro. A inquirição parte da própria concepção social, territorial e cultural de identificação mútua dos habitantes do Brasil consigo próprios e com seu país. Conforme demonstrado por Chauí (2005) e Magnoli (1997) os elementos pátrios e simbólicos de expressão identitária nacional simbólica inexistiam até os primeiros decênios do século XX.

Esta é justamente a lacuna na qual irá se alojar o discurso ufanista tanto dos aspectos naturais do país como também sociais: “A geografia, a partir do estudo, mapeamento, caracterização, individuação do território brasileiro frente a outros estados nacionais, fornecerá a base efetiva da construção da ideologia nacional brasileira.” (GAUDIO, 2007, p. 51). Esta preocupação geográfica com a configuração material e imaterial do território e da população brasileira ficará muito mais evidente no período que se estende de meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, com a criação de centros de estudos voltados para estas áreas como a AGB e o IBGE⁹, mas também no surgimento de diferentes iniciativas de estudos de natureza geográfica, geológica, agrônoma etc.; nos principais centros urbanos do Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro e São Paulo (EVANGELISTA, 2006).

Outra frente de interpretação parte da imensa produção acadêmica das primeiras décadas do século XX, explicitando certo ardor e preocupação com relação à ideia de nação brasileira, trabalhando com temas voltados à conceituação a respeito do povo e cultura nacional. Com relação a esta temática voltada para a preocupação com o fundamento nacional do povo brasileiro, o cientista social Octávio Ianni (2004) ressalta a importância e até mesmo certa impaciência das classes dominantes e intelectuais do Brasil, pós queda do II Império, com relação a um projeto nacional. Devido ao passado pujante e ainda vivo da colonização, exploração e dependência europeia:

⁹ Este cenário se enquadra no argumento do geógrafo Yves Lacoste (2007) quando este nos apresenta que há uma indissociável relação entre o poder de controle da angariação de informações territoriais pelos aparelhos estatais, e após isto, o uso deste material na formulação de ideologias ou estratégias de organização e gerenciamento do espaço geográfico onde se estende as fronteiras do poder estatal em questão: “Uma das funções das múltiplas estruturas do aparelho de Estado é a de recolher informações, em caráter permanente (é uma das primeiras tarefas dos policiais), e os privilegiados são, também, pessoas bem informadas e muito desejosas de que saibam disso “na alta esfera”. Em contrapartida, as relações entre as estruturas de poder e as formas de organização do espaço permanecem mascaradas, em grande parte, para todos aqueles que não estão no poder.” (LACOSTE, 2007, p.51).

Os prenúncios do Brasil moderno esbarravam em pesadas heranças de escravismo, autoritarismo, coronelismo, clientelismo. As linhas de castas, demarcando relações sociais e de trabalho, modos de ser e pensar, subsistiam por dentro e por fora das linhas de classes em formação. O povo, enquanto coletividade de cidadãos, continuava a ser uma ficção política. Ao mesmo tempo, setores do pensamento brasileiro vacilavam em face de inclinações um tanto exóticas e demoravam-se para encontrar-se com a realidade social brasileira. (IANNI, 2004, p.33).

Desde o movimento de questionamento e elaboração de uma renovação do fundamento nacional da população nas primeiras décadas do século XX, pelos novos cientistas sociais, historiadores, artistas e demais representantes do quadro? intelectual da época, o assunto entra em pauta permanente em trabalhos de ciências como Sociologia, História e Geografia tratando com menor ou maior intensidade a profundidade desta problemática.

E assim chegamos ao momento derradeiro. Tanto a formação territorial do estado-nacional brasileiro, como também a perplexidade e fobia diante da ausência de um respaldo sígnico, icônico e histórico ao povo brasileiro que recaem principalmente sobre a Geografia, com a responsabilidade de fortalecimento, legitimação e propagação do ideal edênico e ufanista da nação – em outras palavras: fomentadora de uma ideologia espacial nacionalista.

O percurso da formação da identidade territorial do povo brasileiro teve ao longo de séculos de submissão e controle um aspecto idealista, nos termos de essencialismo europeu civilizatório. Isso significa que preocupava-se muito mais em importar caracteres alheios e criar quase que por geração espontânea elementos simbólicos do que analisar o semblante multifacetado do povo, sua controversa história, e a quase incompreensível, imensurável e porque não ainda desconhecida identidade (CHAUÍ, 2005; IANNI, 2004; ORTIZ, 1994).

Em um cenário fenomênico de liquefação identitária a busca do sentido caleidoscópico do mosaico cultural brasileiro talvez dê os seus primeiros passos na atualidade. Não por coincidência aqui em terras tupiniquins o que se aplica é a dissolução do termo geral, o clássico enrijecimento étnico de diferenciação social propagado pelo mundo desde que a primeira nau se lançou ao mar.

Nesta multiplicidade de referenciais simbólicos que formam a totalidade sígnica de um estado nacional encontraremos no caso brasileiro a inclinação edênica no interior desta idealização histórica do referencial identitário da formação social e territorial do país. A contribuição deste trabalho vem no sentido não apenas da postura crítica, da perscrutação discursiva ou análise da retórica de tal fenômeno espaço-temporal do nosso país, mas sim, fornecer mais uma maneira de se debruçar sobre este assunto que diz respeito ao papel da ufanía edênica e da ideologia espacial deste ufanismo na história do Brasil.

Somos não um todo geométrico cartesianamente desenhado, mas sim uma nebulosa cultural, sempre ainda por se definir no que tange ao que a circunda, um rizoma difuso. Quanto mais nos inquirirmos essência, ideia ou desvelamento do que somos, mais as paragens da procurada resposta se afastará num movimento inversamente proporcional. A constituição de um sujeito não se dá pelo o que ele poderia ter sido, mas sim no seu ser agora, seu ser-aí: um eterno vir-a-ser.

5. Considerações Finais

Este texto possui uma ligação com parte ao qual está ligado e intrinsecamente relacionado – a dissertação de mestrado que o abarca –, no entanto, o recorte dos procedimentos teóricos e metodológicos possibilita uma dialogia com outras pesquisas que a ele se assemelhem, de forma a contribuir com o desenvolvimento de novas alternativas de aplicação da tríade aqui apresentada, aumentando sua abrangência, retificando seus fundamentos e considerando suas bases no âmbito geográfico.

Por fim, a tríade epistêmico-metodológica neste texto tem por objetivo apresentar uma proposta de delineamento teórico e de prática para estudos no âmbito da ciência geográfica, com clara possibilidade de expansão deste horizonte de aplicabilidade para outras áreas do saber. O Discurso, a Crítica e a Retórica Geográfica compõem desta maneira um caminho, que não visa um engessamento de correntes ou de referenciais, mas, sim uma possibilidade de reflexão a respeito da importância de relevar tais diretrizes nos estudos geógrafos em particular e nas ciências humanas como um todo.

6. Referências Bibliográficas

ARANHA, M. L.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando**: introdução à filosofia. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2003.

_____. **Temas de Filosofia**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1998.

ARAÚJO, G. C. C. **Do ufanismo edênico ao saudosismo heroico: ideologia e discurso geográfico no ideário nacional brasileiro**. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília. Brasília: Departamento de Geografia, 2013.

AZEVEDO, J. **Metodologias qualitativas**: análise do discurso. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010.

BACHELARD, G. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BORNHEIM, G. **Introdução ao filosofar**: o pensamento filosófico em base existencialismo. 9 ed. São Paulo: Globo, 1998.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CHAUÍ, M. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2005.

_____. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

_____. **O que é ideologia?** 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

_____. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

ESCOLAR, M. **Crítica do discurso geográfico**. São Paulo: Hucitec, 1993.

EVANGELISTA, H. Geografia tradicional no Brasil: uma geografia tão mal-afamada quanto mal conhecida. **Revista Geo-Paisagem**, a.5, n.10, jul./dez., 2006.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 8 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. **Sistemas de Pensamento**. (Org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p.336-351. (Coleção Ditos e Escritos II).

GAUDIO, R. **Ideologia nacional e discurso geográfico sobre a natureza brasileira**. Belo Horizonte: UGMG, 2007.

HABERMAS, J. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1982.

HESSEN, J. **Teoria do conhecimento**. 7 ed. Coimbra, Portugal: Armênio Amado Editora, 1980.

IANNI, O. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

KANT, I. **Resposta à pergunta: O que é o Esclarecimento? (Was ist Aufklärung?)**. Disponível e <http://www.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/b47.pdf>> Acesso em 21 de março de 2012.

LACOSTE, Y. **A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra**. 13 ed. São Paulo: Editora Papirus, 2007.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. 16 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

MAGNOLI, D. **O corpo da pátria**. São Paulo: Moderna/EDUNESP, 1997.

MARTINS, E. Geografia e ontologia: o fundamento geográfico do ser. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n.21, p 33-51, 2007.

ORTIZ, R. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. 4 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTAELLA, L. **O que é semiótica?** 19 ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

_____; NÖTH, W. **Semiótica e Comunicação**. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 3 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

WILDE, O. **O retrato de Dorian Gray**. Trad. Lígia Junqueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.